

Resistência e força contra o governo Sartori

Foto: Carol Ferraz



Resistência e força! Estas são as palavras que definem o movimento dos educadores gaúchos, ao longo desses quase três anos e meio nas mãos

do governo Sartori (PMDB) e seus aliados. O seu descaso com os educadores e a educação pública foi denunciado para todo o Rio Grande do Sul ao longo desses anos. A forte pressão em cima dos deputados nas votações de diversos

projetos que retiravam direitos dos professores e funcionários de escola, tornou-se rotina todas as terças-feiras na Praça da Matriz. Foram atos, caminhadas, panfletagens, trançaços, barracas de resistência, ocupações, entre tantas

outras formas de luta. A valorização dos educadores, que estão sem reajuste salarial desde 2014, sempre esteve e está na pauta de reivindicações da categoria em cada greve, ato ou mobilização realizada.

Agência para devolução: AGF Baltazar - CEP: 91130973 - Porto Alegre/RS

Informações acesse: www.cpers.org.br
ou ligue para: 51 3254.6000

Responsável: / /

Reintegrada ao serviço postal em: / /

Informação escrita pelo porteiro ou síndico

End. Insuficiente

CEP

Não existe número indicado

Não procurado

Recusado

Ausente

Desconhecido

Falecido

Mudou-se

Ao Carteiro: Em caso de serviço de Devolução Eletrônica, por gentileza, efetuar a baixa deste objeto no Sistema CEDO, indicando o motivo de sua não-entrega.

EDITORIAL

Valorização dos educadores(as)

Nesses quase três anos e meio do desgoverno Sartori lutamos e estamos lutando bravamente para que os nossos direitos não sejam retirados por este governo arbitrário e desumano. Que orgulho dessa aguerrida categoria, que não cessou a luta mesmo diante das ameaças covardes de Sartori frente à nossa força e resistência.

Esta categoria, que desde 2015 enfrenta a desvalorização imposta por Sartori, desconstituiu o discurso do governo, denunciou o desrespeito a professores, funcionários de escola, pais e comunidade escolar, e impediu que nossos direitos, conquistados com muita luta, fossem retirados.

Estamos diante do pior governo da história do Rio Grande do Sul. Para Sartori não há limites quando se trata de retirar direitos. Para ele e sua base aliada não existem impedimentos legais, nem Constituição, a qual prefere fingir que não existe.

Nossa categoria tem sido o principal oponente do governo. A pedra no sapato do Sartori. Incansáveis lutadores que têm consciência da importância da luta para manter os direitos já assegurados.

E sabemos que temos muito pela frente, ainda faltam 10 meses da gestão de Sartori. Vamos lutar até o final em defesa dos nossos direitos e pela valorização de cada professor e professora, cada funcionário e funcionária de escola.

Agora temos uma longa batalha contra o projeto de reestruturação do IPE, a municipalização de nossas escolas e a Reforma da Previdência.

Somente uma categoria unificada e fortalecida pode impedir o avanço dos ataques do governo Sartori.

Uma boa luta a todos e a todas. Seguimos juntos!

Helenir Aguiar Schürer
Presidente CPERS/Sindicato



Descaso com a Educação Pública

O fechamento de escolas é um dos ataques mais ferrenhos do governo Sartori à população gaúcha. Somente no início de 2018, seis escolas foram fechadas na capital gaúcha. O governo deixou de investir R\$ 1,87 bilhão na manutenção e desenvolvimento

do ensino no Rio Grande do Sul em 2017. Em 2016 foram investidos 8,5 bilhões (29,3%), já em 2017 caiu para (28,9%). Sartori entrega 17,46% de investimentos na educação, enquanto os outros estados investem cerca de 25%.

Redução dos educadores • Em dezembro de 2014 a folha da Secretaria

Estadual de Educação (SEDUC) representava 37,8% da folha do Estado, em dezembro de 2017 esse número reduziu para 32,0%. Em dezembro de 2014 haviam 99.564 matrículas de educadores ativos, já em dezembro de 2017 esse número baixou para 93.455, ou seja, mais de 6 mil educadores fora das escolas.

Perdas salariais dos(as) professores(as) e funcionários(as) de escola

Foto: Carol Ferraz



Perdas no Estado

De acordo com estudo realizado pelo Sindicato dos Técnicos Tributários da Receita Estadual do RS (Afocefe), em 2017 a estimativa de perdas com a sonegação de ICMS é de 7 bilhões. A compensação de perdas geradas pela Lei Kandir garantiria desde 1996 (ano de sanção da lei) até 2015 R\$ 27 bilhões, cerca de 48 bilhões em valores corrigidos pela inflação do período, em créditos que o Estado tem direito a receber do Governo Federal.

Os educadores do Rio Grande do Sul, estão sem reajuste desde 2014. Recebem apenas 51,3% do Piso, conforme definição do Piso Salarial Nacional o valor é de R\$ 2.455,35, para recebê-lo a categoria teria que ganhar 94,84% de reajuste. Ainda de acordo com a inflação do período (novembro de 2014 a

janeiro de 2018), o reajuste necessário para os salários dos educadores gaúchos seria de 22,73%. Os professores de outros estados que tiveram reajuste pelo Piso do Magistério de 2014 a 2018, receberam 44,19%, enquanto os educadores do RS tiveram 0% de reajuste.

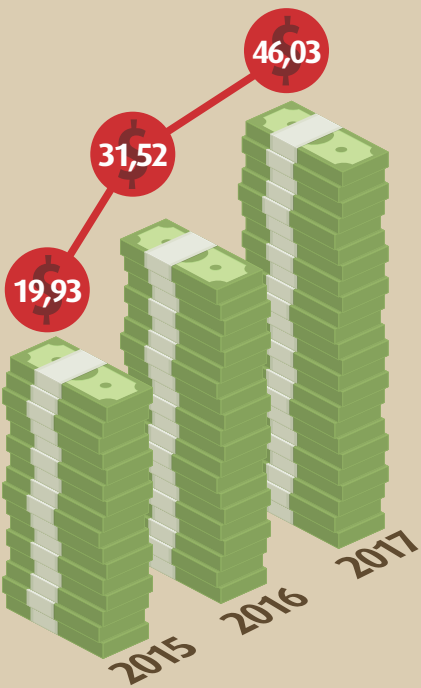
Em um estudo realizado pelo Dieese, o custo para as necessidades básicas de

sobrevivência de uma família (alimentação, luz, água, aluguel e telefone) fica em torno de R\$ 2.019,62 (dois mil e dezenove reais com sessenta e dois centavos). De acordo com a folha de pagamento de janeiro de 2018, 33,1% dos trabalhadores em educação recebem menos que esse valor.

Quais são as prioridades do governo Sartori?

Enquanto os investimentos na educação, saúde e segurança caem drasticamente no Estado, os gastos com propagandas mentirosas aumentam. Em 2017 foram gastos 46,03 milhões com publicidade, um aumento 131% do que foi gasto em 2015. No ano de 2017, o governo aumentou em 12% o gasto com Cargos de Confiança (CCs), foram mais de 7 milhões investidos. Para propaganda e pagamento de CCs tem dinheiro. Mas para pagamento de salários dos servidores não tem.

Gasto com divulgação promocional ou institucional



Fonte: SEFAZ/RS Portal da Transparência. Notas: (1) Valores em reais, atualizados IPCA 01/2018 | fase da despesa: empenho. (2) excluído gasto com divulgação obrigatória. Elaboração: DIEESE/ERRS

Sartori destrói Rio Grande do Sul ao aprovar o Regime de Recuperação Fiscal



Foto: Maia Rubim/Sul21

Na quarta-feira, dia 07 de fevereiro, na calada da noite, a Assembleia Legislativa aprovou, por 30 votos favoráveis e 18 contrários, a adesão do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal do governo federal, o PLC 249/2017. A adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal é um acordo que condena o Rio Grande do Sul a um endividamento de mais R\$ 40 bilhões. Além

disso, o projeto obriga o Rio Grande do Sul a abrir mão de contestar na Justiça qualquer ponto do contrato da dívida com a União. Os planos de demissão voluntária vão ser incentivados, assim como novas privatizações de empresas públicas, como a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e Sulgás, por exemplo. Será a população que irá pagar esta onerosa conta, através do congelamento

dos investimentos nos serviços públicos essenciais (educação, saúde e segurança), o que significa a não contratação de professores e policiais; juros elevadíssimos da dívida do RS, que já foi paga, e aumento de impostos. O próximo passo de Sartori para definitivamente aderir ao RRF, será a venda das nossas estatais CRM, CEEE e Sulgás. Seguiremos firmes na defesa do patrimônio público do Rio Grande do Sul.

Deputados(as) que votaram no RRF, não voltarão para a Assembleia Legislativa

Desde o dia da aprovação do RRF o CPERS/Sindicato está fazendo uma forte campanha em suas redes sociais contra os 30 deputados que votaram a favor do PLC 249/2017. “Nosso dever agora é

mostrar para a população quais são os deputados que votam contra o povo gaúcho. Esses não podem mais voltar para a Assembleia Legislativa. Fiquemos atentos nas eleições deste ano”, afirma a presidente do

CPERS, Helenir Aguiar Schürer. Veja no encarte os deputados(as) que votaram contra a educação, a saúde e segurança. Aprovaram o caos no RS através do Regime de Recuperação Fiscal.

Arrecadação ICMS no Estado

O total arrecadado de ICMS, principal fonte de arrecadação do Estado, no ano de 2017, atingiu 31,9 bilhões, o que representa aumento de 5,09% em relação a 2016. No ano de 2018 já

apresenta melhor desempenho, em janeiro deste ano apontou crescimento de 6,9% comparado ao mesmo período do ano de 2017, sendo 4,9% acima da inflação.

Período	ICMS Arrecadação Nominal	Varição
2015	R\$ 27.125.892.798,23	4,92%
2016	R\$ 30.385.773.403,26	12,02%
2017	R\$ 31.933.423.385,54	5,09%

jan/16	R\$ 2.474.394.225,75	
jan/17	R\$ 2.906.109.690,37	17,45%
jan/18	R\$ 3.108.743.793,02	6,97%

Fonte: SEFAZ/RS Portal da Transparência. Notas: (1) Valores em reais, atualizados IPCA 01/2018 | fase da despesa: empenho. (2) excluído gasto com divulgação obrigatória. Elaboração: DIEESE/ERRS

Abaixo-assinado contra o RRF

O CPERS/Sindicato, juntamente com outras entidades está coletando assinaturas para o abaixo-assinado contra a assinatura do acordo de Regime de Recuperação Fiscal entre o governo do RS e União. A iniciativa tem o objetivo de coletar o maior número de assinaturas contra o aprofundamento da crise financeira do Estado. “É muito importante a participação de todos: pais, alunos, comunidade escolar e a população gaúcha. Somente juntos impediremos que Sartori destrua o nosso Rio Grande do Sul”, afirma a presidente do CPERS, Helenir Aguiar Schürer. Os 42 Núcleos do CPERS estão colhendo assinaturas, levando até a população o debate e a denúncia do desmonte da escola pública e das privatizações. Assim que



coletadas as assinaturas, os abaixo-assinados deverão ser devolvidos para a Secretaria Geral do Sindicato. Procure seu Núcleo para mais informações. Participe desta grande mobilização em defesa do nosso Rio Grande do Sul!



Foto: Carol Ferraz

Seguimos em luta

Educadoras e educadores realizaram inúmeras mobilizações e ações fortes por todo o Rio Grande do Sul durante os quase três meses de Greve, realizada de setembro a dezembro de 2018. Entre os mais representativos estão o fechamento da Assembleia Legislativa, das Coordenadorias Regionais da Educação - CREs, da Secretaria Estadual da Fazenda - Sefaz e da Federasul, além da realização de aulas de cidadania, de assembleia com a comunidade escolar em frente ao Palácio Piratini, das vigílias na Praça da Matriz e dos incontáveis atos realizados pelos Núcleos do CPERS.

Professores e funcionários de escola foram incansáveis na defesa de seus direitos. Não teve chuva, sol, ameaças ou repressão policial que desmotivasse a categoria. A população, em um movimento histórico, apoiou fortemente a greve. Em cada caminhada e mobilização, a categoria recebeu palmas, chuva de papel picado e palavras de solidariedade. Pais e estudantes ficaram ao lado dos educadores e demonstraram isso ao lotarem a assembleia com a comunidade escolar, realizada às portas do Palácio Piratini.

Foram 94 dias de luta intensa até que a categoria, ciente dos enfrentamentos que ainda precisa travar contra os ataques dos

governos Sartori e Temer, decidiu, por ampla maioria, na Assembleia Geral realizada no dia 08 de dezembro, que era hora de recuar estrategicamente e fortalecer-se novamente para retornar a batalha pelos seus direitos.

Nesta Greve nossa primeira vitória foi fazer o governo recuar da ideia de pagar uma parcela menor do que R\$350,00 em setembro e o encontro de folhas em outubro, o governo recuou na votação da PEC 257, a qual retira a responsabilidade do governo de ter dia para pagar o salário e 13º dos educadores e demais servidores conforme o artigo 35º da Constituição Estadual, impedir que o governo parcelas-

se o 13º em 24 vezes, pagamento do 13º integral mediante a empréstimo bancário, liberação dos dirigentes sindicais da Direção Central e dos 42 Núcleos, constituição da mesa de negociação com o governo para tratar de questões pedagógicas e da valorização profissional, garantia das férias para os professores e funcionários de escola.

O cenário atual nos remete a lutas urgentes contra a Reforma da Previdência (PEC 287), proposta pelo ilegítimo Temer e o Regime de a reestruturação do IPE, propostos por Sartori. Confira as consequências desastrosas de cada um, se aprovados:

Reforma da Previdência

Representa o fim da aposentadoria de todos os(as) trabalhadores(as). Não corta privilégios, como as altas aposentadorias dos parlamentares, dos deputados, dos juizes e dos membros do Ministério Público e das Forças Armadas.

Ataca apenas a classe trabalhadora, que terá de trabalhar mais, ganhar menos e, se quiser receber o valor integral da aposentadoria, contribuir durante 40 anos, sem ficar nenhum período desempregado.

Idade Mínima para a aposentadoria dos educadores(as):

Como é	Como fica com a reforma
Homens: 60 anos	65 anos
Mulheres: 55 anos	62 anos

*Ambos precisam de 25 anos de tempo de contribuição



Reestruturação do IPE

Sartori e o presidente do IPE, Otomar Vivian protocolaram na Assembleia Legislativa cinco projetos: três Projetos de Lei Complementar (PLCs) e dois Projetos de Lei (PLs) referentes à reestruturação da autarquia. Com o discurso vago de especializar o IPE, propõem a divisão atual do Instituto, criando o IPE PREV e o IPE SAÚDE.

Não há garantia de benefícios para os segurados, em especial, do IPE SAÚDE. Abre-se a possibilidade de privatização do atual Sistema de Saúde.

Se os projetos forem aprovados, o IPE e os atendimentos disponibilizados atualmente serão privatizados, piorando o cenário atual, fechando diversos hospitais e prejudicando os atendimentos.

Entre os dia 29 de novembro e 11 de dezembro, o CPERS realizou plenárias macrorregionais nos Núcleos do Sindicato para destacar a importância da luta contra a reestruturação do IPE.

O Sindicato, junto com o Movimento Unificado dos Servidores - MUS, entregou para os deputados estaduais, na Assembleia Legislativa, o "Manifesto ao governo do Estado, Parlamentares, Servidores e a Sociedade Gaúcha", documento elaborado pelas 41 entidades, que rebatem os projetos do governo que visam a reestruturação do IPE.

Atualmente, todas as terças estamos em nossa Vigília na Praça da Matriz, pressionando para que os deputados retirem o Regime de Urgência das PECs e PLs, e exigindo o voto contrário caso esses projetos forem para votação.

